

A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada

The external policy of Temer administration: characteristics and opportunities of a negligence public policy

Cesar Augusto Tavares Oliveira*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar de maneira concisa a política externa formulada pelo governo Michel Temer, fazendo uso de comparações com os governos anteriores que divergiam em diversos aspectos desta matéria. Assimiladas as definições que auxiliam uma melhor compreensão do conceito de política externa, o artigo buscará, além de comparar os últimos governos, abordar brevemente aspectos do ambiente doméstico que moldam a formulação da política externa brasileira. Desta forma, busca-se ao final evidenciar algumas oportunidades para que o Brasil se insira de maneira mais efetiva no ambiente internacional.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Michel Temer. Organizações Internacionais. Ministério das Relações Exteriores.

Abstract

The current article aims to concisely analyze the foreign policy formulated by Michel Temer presidential term, by comparing it with previous Brazilian presidential terms which differed on several aspects of this subject. Once it has been assimilated definitions that assist to a better comprehension of foreign policy's concepts, this article proposes to go beyond comparisons, in order to briefly approach aspects of domestic settings that are responsible to shape the decision-making process of formulating the Brazilian foreign policy. Therefore, the article seeks to highlight opportunities for Brazil to effectively promote its international insertion.

Keywords: Brazilian foreign policy. Michel Temer. International Organizations. Ministry of Foreign Affairs.

* Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Paulista. E-mail: cesaroliveirari@gmail.com.

Introdução

Inserida em um contexto de animosidades domésticas, como o recente processo de impeachment e escândalos de corrupção, a formulação da política externa brasileira apresenta traços de política pública negligenciada no governo Michel Temer. Indo na contra-mão da inserção internacional formulada por presidentes anteriores – que até mesmo utilizavam a política externa como uma bandeira política –, Temer não tem dispendido a devida atenção à pasta que, entre diversas funções, molda a imagem do Brasil no ambiente internacional, possibilitando confiabilidade e uma maior representatividade que poderiam trazer dividendos ao país.

Dessa maneira, este trabalho pretende detalhar de maneira sucinta as diferenças das ações do atual governo em temas de política externa em relação aos governos anteriores, iniciando com uma breve abordagem teórica que jogará luzes para uma melhor compreensão sobre o tema proposto. Será analisada desde a distribuição da cadeira de ministro das Relações Exteriores até as características próprias da política externa do atual governo, principalmente, os posicionamentos brasileiros perante os países vizinhos e suas ações nos blocos e organizações nas quais atua, como o Mercosul e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ao final, o trabalho colocará em evidência possíveis oportunidades e possibilidades que se apresentam para uma inserção internacional que seja benéfica econômica e politicamente ao país.

Para atingir o objetivo de esclarecer estes problemas e oportunidades referentes à política externa brasileira, o trabalho terá como referências opiniões de analistas que se atentam também aos desdobramentos e condicionantes domésticos, visto que, nos dias atuais, divergências político-partidárias vêm ganhando espaço no Brasil, levando inclusive as questões de política externa a uma maior repercussão perante a população.

Abordagem teórica de política externa

Serão utilizados como referências alguns autores que auxiliam a compreensão do tema proposto. A obra de Putnam (2010), em que disserta sobre sua teoria que explica a convergência das políticas doméstica e internacional, será útil para o conhecimento dos atores que têm a chance de influenciar no processo decisório. Snyder, Bruck e Sapin (1962), em seu artigo que, entre outros aspectos

tos, descreve o processo decisório, colaboram com definição clara e precisa sobre o ambiente internacional. Além disso, tendo como base a rica história diplomática brasileira, que dispõe de uma forte tendência de continuidade, a obra de Francisco (2010) facilita o entendimento de como os atores políticos possuem a prerrogativa de moldar a formulação da política externa a seu modo.

É errôneo e simplista o argumento de que a política externa de um país corresponde somente à interpretação do ambiente internacional e da atuação em seu meio. Como uma política pública, a política externa também reflete os interesses de diversos atores políticos que visam atingir seus objetivos influenciando os processos decisórios (FIGUEIRA, 2011). Assim, o poder executivo deverá balancear os condicionantes domésticos e externos que se apresentam a ele. Neste sentido, Putnam (2010) enaltece o papel dos atores inseridos no ambiente doméstico, quando diz que: “perseguem seu interesse, pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses” (PUTNAM, 2010, p.151). Putnam (2010) também torna clara a diversidade dos atores que participam do processo de formulação de política externa, quando escreve que “em volta do tabuleiro doméstico e atrás do líder nacional, sentam-se figuras partidárias, parlamentares, porta-vozes das agências domésticas, representantes de grupos chave de interesses e assessores políticos do próprio líder” (PUTNAM, 2010, p.151).

Esta influência é nítida no atual momento brasileiro, no qual grupos empresariais e organizações da sociedade civil se unem para reclamar junto ao Legislativo e ao Executivo a elaboração e execução, respectivamente, de políticas que os beneficiem. As ações econômicas e comerciais também exercem papel importante na política externa, visto que, no campo internacional, estas iniciativas visam principalmente alavancar o comércio por meio de políticas mais assertivas, ou seja, que busquem mais avidamente boas condições para que as relações comerciais se tornem frutuosas.

No que diz respeito ao ambiente internacional, Snyder, Bruck e Sapin (1962) afirmam resumidamente que são fatores e condições que ocorrem fora dos limites territoriais dos Estados. Sendo assim, num contexto internacional em que a interdependência entre os países ainda predomina, voltar o olhar às Organizações Internacionais e aos países que as integram se faz necessário. Além disso, o ambiente internacional expõe particularidades que devem ser apreciadas de forma atenta pelos formuladores de política exter-

na, a fim de estipular e alcançar objetivos que auxiliem o país a se desenvolver. No caso brasileiro, existe um conceito de tradição nos posicionamentos que direciona as ações neste ambiente. Contudo, segundo Francisco (2010) “A definição do que se lembrará e o que se esquecerá é feita no meio das lutas políticas” e os atores políticos definirão “o que deverá ser destacado, resgatado, modificado ou renegado” (FRANCISCO, 2010, p. 20). Sendo assim, no Brasil, embora a diplomacia seja orientada por diretrizes que vêm sendo mantidas ao longo de várias décadas, não existe impedimento para que um determinado governo a adapte aos seus princípios. A transição dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff para Michel Temer torna clara esta possibilidade de adaptação.

As diferenças da política externa no governo Temer para os governos anteriores

Embora o interesse da opinião pública brasileira sobre política externa venha crescendo desde o mandato de Lula da Silva (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010), essa matéria, com o passar dos anos, tem sido constantemente direcionada para discussões excessivamente ideológicas, muitas vezes infrutíferas, que inviabilizam um diálogo construtivo. Dessa maneira, uma análise pragmática é indispensável para avaliar com imparcialidade e eficácia a atuação externa do país.

No início da década passada a política externa brasileira passou por transformações relevantes, entre elas o aumento da atenção às relações com os países em desenvolvimento, se aproveitando de um ambiente internacional que passava a dotá-los de um maior poder político (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010), especialmente nas Organizações Internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), em cujas arenas poderiam, respectivamente, se posicionar frente aos contenciosos globais e reivindicar o cumprimento de um comércio justo, independentemente do poderio econômico ou político de qualquer parte envolvida nos contenciosos. Porém, este modelo de inserção do Brasil despertou discordâncias no meio burocrático (FARIA, 2012), pois alguns dos integrantes do corpo diplomático brasileiro passaram a revelar seu descontentamento. Desde então, a política externa passou a ser um campo propício para o desenvolvimento de uma polarização de opiniões que se estende até os dias atuais.

Mesmo com a ascensão de Rousseff ao poder, que teoricamente constituiria uma continuidade das políticas do ex-presidente Lula da Silva, a política externa deixou de ser uma prioridade do governo, muito por conta da inabilidade e indisposição da ex-presidente em empreender esforços nesta matéria. Saraiva (2014, p. 27) interpreta que a ex-presidente “mostrou sua preferência pela solução dos problemas internos, junto com seu pouco interesse por temas externos, particularmente aqueles que apresentassem ganhos difusos, não tangíveis em curto prazo” Sobre tais problemas internos, cabe ressaltar que durante seu governo Rousseff teve de enfrentar inúmeros protestos e dificuldades econômicas que demandavam sua atenção. Outro fator que comprova a diminuição das iniciativas internacionais corresponde à diferença do número de países visitados em seu primeiro mandato comparado ao de seu antecessor, Lula da Silva. Enquanto este visitou cinquenta e um países em seus quatro primeiros anos como governante, Rousseff visitou trinta e seis (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018). Essa distância dos assuntos relacionados às relações exteriores não apresentou mudanças significativas com o atual presidente, embora tenham ganhado novos traços após o processo de impeachment, indo ao encontro da ideia de Francisco (2010). Uma das causas desse distanciamento, segundo Stuenkel (2017a), se dá pelo fato de Michel Temer possuir “um mandato curto, e muitos desafios políticos e econômicos para enfrentar, o que limita sua capacidade de fazer diplomacia” (STUENKEL, 2017a, p.2).

Com a ascensão de Temer a política externa brasileira passou por mudanças em sua concepção e implementação. Primeiramente, vale ressaltar que, diferentemente dos últimos governos que vinham delegando o cargo de ministro das relações exteriores a servidores de carreira, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) voltou a ser liderado por indicados políticos. Cedido ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que constituiu durante longo período no principal adversário do Partido dos Trabalhadores (PT) no campo político, seus indicados passariam a implementar novas diretrizes mais ligadas às suas preferências. Este modelo de ocupação da cadeira de ministro de Estado se insere num contexto de arregimentar uma coalizão partidária para que sejam atendidas as necessidades do Executivo nas votações parlamentares, reforçando a ideia abordada por Putnam (2010). Desta forma, segundo Figueiredo e Limongi (2001):

[...] o presidente forma seu governo à maneira de um primeiro-ministro, isto é, distribui ministérios para partidos dispostos a apoiá-lo, assegurando a formação de uma maioria parlamentar [...] em troca, o Executivo espera os votos que necessita no parlamento [...] (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 33).

Esta mudança não implica necessariamente um prejuízo para a política externa brasileira, visto que vários notáveis líderes também foram incumbidos desta responsabilidade por indicações políticas, como Oswaldo Aranha e San Tiago Dantas (CASARÕES, 2017). Segundo Stuenkel (2017a), este modelo é ambíguo, pois o ministro “tem mais peso político e fica bem na briga por tempo e recursos do presidente. Mas tem um custo, já que não são diplomatas e necessitam de mais tempo para entender o jogo” (STUENKEL, 2017a, p. 3).

Já no discurso de posse do primeiro Ministro das Relações Exteriores no governo Temer, José Serra, ficaram nítidas algumas das diferenças em relação aos últimos governos. O então Ministro (2016a) enfatizou em seu discurso de posse que:

[...] a diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior [...] (BRASIL, 2016a, p. 2)

Com tais palavras, Serra estabelecia um marco que buscava diferenciar a nova abordagem externa do modelo adotado anteriormente.

As relações com a vizinha Venezuela refletem bem algumas das mudanças da política externa brasileira no governo Temer. Embora no governo Lula da Silva, a Venezuela consistisse numa rival no que diz respeito aos diferentes modelos de integração propostos, esse país se tornou um aliado do Brasil quanto aos objetivos semelhantes no ambiente internacional, tal como a busca pela diminuição da influência estadunidense na região (PEDROSO, 2015). Rousseff manteria esse modelo de inserção, porém, sem o mesmo afincamento de seu antecessor (SARAIVA, 2014).

A política externa de Michel Temer, buscando se dissociar das diretrizes adotadas pelo partido anteriormente no poder, se mostrava determinada em questionar os critérios das alianças que foram estabelecidas. Assim, segundo Casarões (2017), o governo Temer considerava importante revisar a relação com a Venezuela, pois esta ação “ataca frontalmente o legado petista e atrai o eleitorado anti-PT” (CASARÕES, 2017, p. 4). Esta transformação da

política externa brasileira evidencia uma maior participação da opinião pública. Contudo, por essa participação popular ser exageradamente ideologizada, acaba fazendo com que o debate careça de argumentos plausíveis.

Em 2017, atento aos desdobramentos domésticos na Venezuela, o governo brasileiro, juntamente com os demais integrantes do Mercosul, suspendeu o país da organização, alegando uma “ruptura da ordem democrática” no país, requisito este fundamental para a participação de um país em seu meio. Posteriormente, a tensão diplomática entre os dois países aumentou de maneira considerável, principalmente quando o Embaixador brasileiro em Caracas foi declarado *persona non grata* pelo governo de Nicolás Maduro, ocasionando sua expulsão do país. O governo brasileiro não tardaria em estabelecer medidas de reciprocidade, tomando as mesmas medidas para com o embaixador venezuelano no país (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

No âmbito do Mercosul, o Brasil passou a perseguir com maior empenho o acordo comercial com a União Europeia, cujas negociações já se estendem há vários anos. Segundo Troyjo (2017), este acordo pode se concretizar em breve, visto que “a União Europeia, disposta a demonstrar que não se abalou com o terremoto ‘Brexit’, acelerou sua agenda negociadora [...]” (TROYJO, 2017, p. 3) Dessa maneira, a política externa de Temer pode contribuir ativamente para que, de certa forma, a relação entre os blocos vá na contramão da tendência atual do comércio internacional, que, encabeçado pelas ações estadunidenses no governo de Donald Trump, caracteriza um crescente protecionismo.

Assim como a antecessora, Temer empreendeu poucas viagens ao exterior até agora, sendo que a maioria delas se restringiu principalmente a encontros com grupos de investidores. Além disso, o atual presidente passou a utilizar as viagens para reuniões dos BRICS também para incentivar grupos chineses a participarem de processos que envolvem concessões e privatizações no Brasil. Em diálogo com os representantes econômicos dos países do Grupo, Temer (2017) enfatizou: “O trabalho que nosso governo tem levado adiante (...) tem duas vertentes maiores: pôr em ordem as contas públicas e aprimorar o ambiente de negócios” (BRASIL, 2017, p. 1).

Assim como Rousseff, o governo Temer se empenha em assuntos que remetem à infraestrutura do país. Contudo, enquanto o primeiro buscava utilizar o então nascente banco dos BRICS para arrecadar recur-

tos para o melhoramento da área (SARAIVA, 2014), o segundo se utiliza de mecanismos de concessões e privatizações.

Quanto às Organizações Internacionais, a inserção brasileira também passaria por mudanças. Durante os últimos governos o Brasil buscava utilizar sua participação na ONU para promover um debate a respeito das nações em desenvolvimento. Visava, por meio desse engajamento, aumentar consideravelmente sua influência sobre eles, conquistando apoio para a reforma do Conselho de Segurança daquela organização e para sua inclusão como membro permanente (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010). Apesar da presença ativa do Brasil no âmbito da ONU, no governo Rousseff, o Brasil adquiriu um considerável atraso nas contribuições devidas à organização (ESTADÃO, 2016). Esta inadimplência poderia, inclusive, fazer com que o Brasil deixasse de ser ouvido nas definições de ações da organização. A busca por conquistas políticas no ambiente internacional, como a reforma do Conselho de Segurança, passou a ser negligenciada com a ascensão de Temer à Presidência. Desde então seu governo optou por concentrar seus esforços para aprimorar o comércio exterior e atrair investimentos.

Quanto à OMC, ao contrário dos governos anteriores que vinham privilegiando os debates em seu âmbito, o governo Temer deixou de ter a organização como uma prioridade, tendo deixado expressa essa intenção já no discurso de posse de seu primeiro Ministro das Relações Exteriores (2016a):

O Brasil não mais restringirá sua liberdade e latitude de iniciativa por uma atuação exclusiva e paralisadora aos esforços multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, como aconteceu desde a década passada, em detrimento dos interesses do país. Não há dúvida de que as negociações multilaterais da OMC são as únicas que poderiam efetivamente corrigir as distorções sistêmicas relevantes, como as que afetam o comércio dos produtos agrícolas. Mas essas negociações, infelizmente, não vêm prosperando com a celeridade e a relevância necessárias, e o Brasil, agarrado com exclusividade a elas, manteve-se à margem da multiplicação de acordos bilaterais de livre-comércio (BRASIL, 2016a, p. 2).

Apesar dessa diretriz do então Ministro, poucas foram as mudanças nesse sentido, visto que o Brasil não obteve sucesso em conquistar um espaço mais relevante no comércio internacional por meio de iniciativas bilaterais. Outros fatores, segundo Bonomo (2017), contribuem para que o Brasil não se insira efetivamente no comércio internacional: a questão do “custo Brasil” e da ineficiência da diplomacia

comercial. O primeiro fator, fruto de um conceito elaborado por representantes da indústria nacional com o objetivo de fortalecer a inserção brasileira no exterior, diz respeito a problemas como precariedade de infraestrutura, falta de coesão com as regulações internacionais, processos demasiadamente burocráticos e, principalmente, a alta carga tributária. Já o segundo fator diz respeito à falta de assertividade em perseguir os objetivos das empresas brasileiras que, na maioria das vezes, se veem incapazes de se inserir efetivamente no exterior.

Um sintoma da tímida participação do Brasil na política internacional é o descaso dos líderes mundiais que, ao passarem pela América Latina, não incluíram o país em seu roteiro (STUENKEL, 2017b). Este afastamento pode ser interpretado como um sinal da preocupação destes personagens com os desdobramentos domésticos do país e sua consequente instabilidade que poderiam prejudicar a imagem de seus respectivos países. Além disso, podem ser incluídos no rol de fatores prejudiciais à política externa brasileira, outros dois: a questão do desinteresse com as questões ambientais, tendo em vista a questão do desmatamento na região amazônica e, principalmente, a questão dos direitos humanos, na qual o governo Temer tem conduzido internamente com evidente descaso, sendo, inclusive, criticado por Organizações Internacionais (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2017; ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 2017). Outro fator capaz de alterar a imagem do Brasil no ambiente internacional diz respeito à suposta má conduta do atual Ministro das Relações Exteriores que, segundo a Procuradoria Geral da República, recebeu recursos indevidos para a sua candidatura ao parlamento (IG, 2017). O quadro 1 faz uma síntese das diferenças mais acentuadas entre a política externa do governo Temer para os anteriores:

Apesar da política externa brasileira estar passando por um momento em que carece de engajamento, não se pode argumentar que o país esteja enfrentando uma escassez de oportunidades. Neste sentido, algumas delas podem ser enunciadas, tanto no aspecto econômico e comercial, quanto no âmbito político.

Oportunidades para o país

Comercialmente, como já citado, o crescente protecionismo estadunidense abre espaço para que países emergentes como o Brasil exerçam com maior influência sua atuação no ambiente inter-

Quadro 1

Temas relevantes para a política externa	Governo Lula da Silva	Governo Dilma Rousseff	Governo Michel Temer
Participação na política externa	Participação ativa. Seu modelo de política externa era considerado uma das bandeiras de seu governo.	Participação discreta. Dava prosseguimento às diretrizes de seu antecessor, porém, sem o mesmo interesse e disposição para intervir diretamente em assuntos internacionais.	Deu novos traços à política externa brasileira. Contudo, são raras as vezes em que aborda o assunto, tendo em vista os problemas domésticos que requerem sua atenção.
Delegação do cargo de ministro das Relações Exteriores	Delegado a um ministro de carreira diplomática. (Celso Amorim)	Delegado a ministros de carreira diplomática. (Antônio Patriota, Luiz Alberto Figueiredo e Mauro Vieira)	Delegados a políticos de fora da carreira diplomática (José Serra e Aloysio Nunes).
Relações com a Venezuela	Embora houvessem discordâncias sobre o modelo de integração regional, havia uma relação próxima com consideráveis objetivos em comum	A proximidade foi mantida.	A relação se tornou conturbada. Nesse período o país foi suspenso do Mercosul por conta de rupturas democráticas, além de ter ocorrido a declaração recíproca de <i>persona non grata</i> aos embaixadores dos dois países.
Participação nas Organizações Internacionais	Na ONU, buscou com afinco a reforma de seu do Conselho de Segurança, visando sua inclusão. A OMC também constituía um campo de ação fundamental para as pretensões brasileiras.	Manteve as diretrizes do antecessor, porém sem a mesma disposição para defendê-las em seus âmbitos. As contribuições com a ONU acumularam atrasos consideráveis, colocando em risco a participação efetiva do país na organização.	Criticado por não adotar políticas assertivas contra o desmatamento e violações de direitos humanos. Passou a atribuir menor importância à OMC, alegando que a mesma teve sua relevância diminuída.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

nacional. Por exemplo, a ascensão chinesa evidencia um ambiente favorável ao Brasil, visto que, segundo Troyjo (2017), “o vigoroso crescimento do Sudeste Asiático continuará a deslocar a curva de demanda por alimentos a patamares muito favoráveis a países pro-

dutores de commodities agrícolas e bens alimentares como o Brasil”, além de que “o avanço da industrialização e o forte investimento em infraestrutura naquela região também manterão em nível elevado a procura por matérias primas minerais” (TROYJO, 2017, p. 2). Assim, cabe ao governo brasileiro, de maneira responsável e íntegra, favorecer o comércio com aquela região, aproveitando uma considerável oportunidade.

Economicamente, além de empreender algumas reformas necessárias no ambiente doméstico, o governo poderá se inserir em organizações que incentivem a cooperação econômica, uma necessidade considerável dos países emergentes. Neste sentido, uma possível adesão à OCDE, segundo Stuenkel, (2017b) “simbolizaria o papel fundamental do Brasil na emergente ordem multipolar do século XXI” (STUENKEL, 2017b, p. 2). Além disso, embora tenha dificuldades para estabelecer relações bilaterais por meio do Mercosul, o Brasil tem, por conta do aparente fracasso do TPP (Trans-pacific Partnership) com a retirada estadunidense, uma nova oportunidade de estabelecer arranjos que beneficiem o país, tendo em vista a relativização dos compromissos acordados entre os signatários do tratado.

Outro acontecimento no ambiente internacional do qual o Brasil poderá tirar proveito é a saída do Reino Unido da União Europeia. Agora, desvinculados das negociações Mercosul-União Europeia, surge a necessidade, por parte dos negociadores britânicos, de estabelecer acordos com os países da região nos próximos anos, tendo em vista também demonstrar à sua opinião pública e aos demais atores internacionais de que dispõe de meios eficientes para construir suas próprias alianças (GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM, 2018). Contudo, esta nova autonomia britânica para negociar seus próprios acordos só será benéfica para o Brasil se o ambiente para investimentos e a disposição em estabelecer acordos forem aprimoradas.

Politicamente, são indissociáveis as questões domésticas e externas. Com a aproximação das eleições no país, o novo governo terá a seu favor uma maior legitimidade para governar, além de que, afastado o clima prejudicial de constantes acusações contra membros do executivo, esse possuirá mais tranquilidade e disposição para tratar dos assuntos internacionais, uma vez que, segundo Stuenkel (2017b) esses desafios domésticos limitam as potencialidades brasileiras. Entre elas, podemos citar a possibilidade de exercer uma liderança regional, especialmente por meio das organiza-

ções, fazendo jus ao potencial econômico e demográfico do país em relação aos países vizinhos.

Conclusão

Com a ascensão de Temer à presidência, o Brasil passou a atuar de maneira discreta nas Organizações Internacionais, tendo inclusive abandonado a pretensão de incentivar a reforma do Conselho de Segurança da ONU. O atual governo busca privilegiar relações comerciais e econômicas, que não necessariamente têm como objetivo o alcance do interesse nacional, colaborando para a implementação de políticas que beneficiem alguns setores da sociedade, como grandes grupos empresariais. Esta intenção não fica restrita às questões de política externa, mas ficam ainda mais evidentes em suas políticas domésticas.

Cabe ressaltar, inclusive, tendo em vista as divergências com a Venezuela, que a relação brasileira com seus vizinhos deverá dispor de considerável atenção, constando esse propósito na Carta constitucional (2016b) em seu artigo 4º: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 2016b, p. 9). Desta forma, o governo brasileiro, fazendo jus à sua habilidade diplomática, deverá contribuir nesse cenário, seja por meio das Organizações Internacionais ou até mesmo por discussões bilaterais, para que sejam alcançados entendimentos no que diz respeito àquele país.

No aspecto comercial, embora a OMC não consiga atingir todos os objetivos pretendidos, o governo brasileiro ainda deverá utilizar aquele ambiente, pois se trata de um contexto de discussões e entendimentos que serão úteis ao comércio brasileiro, assim como a ONU, que pode ser um campo propício para que o Brasil apresente seus ideais tradicionais, angariando prestígio no ambiente internacional.

A formulação da política externa é de extrema importância para a manutenção de um ambiente regional e internacional favorável aos interesses nacionais, que devem expressar de maneira digna os anseios da sociedade civil. Por isso, cabe ao governo brasileiro desenvolver uma estratégia nacional forte, que vise atender as necessidades comerciais, econômicas e diplomáticas, muito embora o planejamento de ações neste sentido pareça bastante improvável em nossos dias.

Referências

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **VIAGENS**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>>. Acesso em: 04 maio 2018.

BONOMO, Diego. O problema do comércio exterior. In: SPEKTOR, Matias. **10 desafios da Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, p. 43-59. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016b.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2016-2017: José Serra). Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro das relações exteriores. Brasília. 18 mai. 2016a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasil-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BRASIL. Presidente. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do fórum empresarial do Brics – Xiamen/China**. Xiamen, 3 set. 2017. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-forum-empresarial-do-brics>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CASARÕES, Guilherme; STUENKEL, Oliver. Apesar de reformas, política externa de Temer fica em 2º plano. **Istoé**, 2017a. Disponível em: <<https://istoe.com.br/apesar-de-reformaspolitica-externa-de-temer-fica-em-2o-plano/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

ESTADÃO. Verba extra liberada por governo quita só parte da dívida do País com Organismos internacionais, 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,verba-extra-liberada-por-governo-quita-so-parte-da-divida-do-pais-com-organismos-internacionais,10000057860>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **O Itamaraty e a Política Externa Brasileira**: Do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. Contexto internacional, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 311-355, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2018.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. Vol 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FRANCISCO, Paula Helena Vedoveli. **Continuidade e Mudança na história intelectual diplomática brasileira**: Uma análise da construção da tradição. 2010. 203 folhas. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM: SPEECHES. **Trade and Tariffs**:

Brexit and beyond. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/trade-and-tariffs-brexit-and-beyond>>. Acesso em 07 maio 2018.

HIRST, Mônica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Letícia. **A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios.** Nueva Sociedad, dez. 2010. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/a-politica-externa-brasileira-em-tempos-de-novos-horizontes-e-desafios/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

IG. **Dodge Diz ao STF que Aloysio Nunes recebeu dinheiro da Odebrecht; ministro nega.** 2017. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2017-11-02/aloycio-nunes.html>>. Acesso em 11 jan. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota à imprensa (424).** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18113-nota-a-imprensa-venezuela>>. Acesso em: 07 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Nota do Escritório da OIT no Brasil sobre as mudanças no combate ao trabalho análogo ao de escravo.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_584323/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 07 maio 2018.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **IACHR Wraps Up 165th Regular Session in Uruguai.** Montevideo, 2017. Disponível em: <http://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2017/168.asp>. Acesso em: 07 maio 2018.

PEDROSO, Carolina Silva. As relações Brasil-Venezuela: Entre a rivalidade e a cooperação (2002-2010). **Revista Monções**, Dourados, v.4. n. 7, jan./jun. 2015, p.146-164. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/4204>> Acesso em: 31 jan. 2018.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Ver. Sociol. Pol.**, volume 18, número 36, páginas 147-174, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782010000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 jul. 2017.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 44, dez. 2014, p. 25-35. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000400003>. Acesso em: 31 jan. 2018.

SNYDER, R.; BRUCK, H.; SAPIN, B. **The decision-making approach to the study of international politics**, New York, the free press, p. 60-74, 1962. Disponível em: <<https://www.acsu.buffalo.edu/~fczagare/PSC%20346/SnyderBruckSapin.PDF>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

STUENKEL, Oliver. Resgatar o papel externo do Brasil. **El País**, 2017b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/opinion/1513100046_043537.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

TROYJO, Marcos. O mundo está oferecendo uma “Black Friday” para o Brasil. **Folha de São Paulo**, 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcostroyjo/2017/12/1941022-o-mundo-esta-oferecendo-uma-black-friday-para-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

*Recebido em: 20.03.2018
Aprovado em: 02.05.2018*